



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Brandão Guimarães, Iracema
DIFERENCIAMENTO DOS ARRANJOS DOMICILIARES E ESPAÇO SOCIAL URBANO
Caderno CRH, vol. 18, núm. 43, enero-abril, 2005, pp. 57-70
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632166004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DIFERENCIAMENTO DOS ARRANJOS DOMICILIARES E ESPAÇO SOCIAL URBANO

Iracema Brandão Guimarães

INTRODUÇÃO

Este trabalho focaliza a diferenciação dos arranjos domiciliares no espaço urbano em Salvador, considerando-a como expressão de uma complexa relação (social) entre grupos domésticos, famílias e classes. Essa diferenciação é descrita e analisada a partir de três padrões encontrados nesse espaço urbano: o primeiro é o mais próximo aos novos arranjos domiciliares que parecem marcantes nas áreas residenciais de classe média. O segundo, onde predomina uma classe média baixa, apresenta uma diferenciação interna, pois ela é parcialmente ocupada por conjuntos habitacionais populares, com padrões mais próximos aos arranjos domiciliares anteriores, e também por antiga ocupação de casas e casarões, onde sobrevivem as famílias conviventes (pais e filhos, ou irmãos com respectivas famílias). Já o terceiro, onde se encontram maiores contrastes, corresponde ao Subúrbio Ferroviário da cidade, onde existem as mais altas médias de moradores por domicílio e significativa freqüência de mulheres como chefes de família, geralmente negras e pardas, com muitos fi-

lhos, que residem em domicílios situados nas áreas mais pobres da cidade – originadas nas antigas e recentes favelas ou invasões –, as quais se distanciam dos novos arranjos domiciliares existentes nas primeiras áreas residenciais acima indicadas.

DIFERENCIAMENTO E ESPAÇO SOCIAL

Para focalizar essa diferenciação, recorremos a classificações prévias de grupos de bairros da cidade de Salvador, para, em seguida, observarmos neles os arranjos domiciliares, cuja composição no contexto urbano pode ser percebida como expressão das mudanças que se encontram em curso, em um dado momento do tempo, através dos dados agregados (Censo Demográfico, 2000). Admitimos, portanto, que essa diferenciação pode se encontrar “projetada” na organização socioespacial da cidade, que buscamos abordar através dos grupos de bairros, os quais se constituem como espaços sociais, conceito retomado de Bourdieu (1996, p. 19), para quem os agentes ou grupos são distri-

buídos nesse espaço em função de sua posição relativa a dois princípios de diferenciação mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural (especialmente em sociedades mais desenvolvidas). Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, podendo-se entender que a posse de capital econômico e cultural se expressa em um poder que possibilita a apropriação de um espaço físico, constituindo-se este uma expressão do espaço social.

Prêteceille (2003) considerando o processo da divisão social do espaço residencial urbano considera que a noção de segregação que no uso corrente é entendida como “ação deliberada de separação”, seja substituída por uma “uma acepção puramente analítica da divisão social do espaço residencial urbano e da constatação de características sociais que diferenciem os habitantes segundo os bairros da cidade”. A partir dessa perspectiva buscaremos apontar adiante alguns padrões domiciliares, cuja diferenciação guarda uma relação com as classes sociais, como mostram os estudos sociológicos e demográficos.

Iniciamos analisando as abordagens empíricas que classificam as áreas a cidade de Salvador com base em critérios que buscam relacionar o acesso da população a equipamentos coletivos e serviços urbanos como indicadores de qualidade de vida. O primeiro tipo de classificação disponível refere-se às Regiões Administrativas – RA – que foram redefinidas em dezoito áreas, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).¹ Devido à dispersão das informações relativas aos domicílios nessas dezoito Regiões Administrativas e à dificuldade de relacioná-las às diferenças sociais, recorremos a um segundo tipo de classificação das áreas da cidade, também adotada no PDDU, mas que agrupa grandes conjuntos

de bairros em três áreas residenciais. Esse tipo de classificação parece expressar melhor a diferenciação socioeconômica da população, se tomamos como referência a sua utilização em pesquisas anteriores. Brandão (1978) focalizou essa diferenciação como resultante da expansão da cidade de Salvador, em diferentes fases, a partir da relação entre a “a estruturação dos espaços residenciais” e a “dinâmica do crescimento horizontal da cidade”, entendidas segundo a natureza das áreas e os conjuntos de habitação de baixa renda. Essa expansão, de caráter “periférico”, se deu a partir dos anos 50, com ocupações primárias de nível inferior, mas que, em grande parte, tiveram a função pioneira de conquistar novos espaços urbanos. Assim, “a tendência à segregação, decorrente da dinâmica de classes, conduziu aqueles conjuntos ou áreas subnormais a apresentarem-se como unidades relativamente definidas”. (Brandão, 1978, p.160). Esse tipo de expansão horizontal teria gerado uma caótica justaposição de áreas que gravitam em torno de um centro monopolizador de serviços e de benefícios, de modo que a dinâmica de classes e o acesso da população a esses serviços aparecem como critérios da diferenciação social urbana.

Souza (2000) também destaca a distribuição de grandes equipamentos e a localização do trabalho, como critérios para a definição dessas áreas, identificando a ausência dos primeiros nas zonas habitacionais no Oeste e Norte da cidade, correspondentes ao Subúrbio e ao Miolo, que representam as áreas de moradia da maioria da população de renda mais baixa. Em seguida, com significativa incidência de novos equipamentos, identifica-se a faixa entre a Orla Oceânica e a Avenida Paralela (2000, p. 60). Essa classificação é retomada posteriormente em Carvalho, Almeida e Azevedo (2001), que também indicam a Orla Marítima como a área nobre da cidade, com moradias, serviços e lazer, além de concentração de equipamentos urbanos e vários serviços, seguindo-se o “Miolo”,

¹ As informações disponíveis indicam que foram redefinidos os limites das RA's que são as seguintes: 1-Centro, 2-Itapagipe, 3- São Caetano, 4 -Liberdade, 5- Brotas, 6 - Barra, 7 - Rio Vermelho, 8 - Pituba/Costa Azul, 9- Boca do Rio/ Patamares, 10- Itapuã, 11 - Cabula, 12 - Tancredo Neves, 13 - Pau da Lima, 14 - Cajazeiras, 15 - Ipitanga, 16- Valéria, 17 - Subúrbios Ferroviários, 18 - Ilhas. Segundo a definição do Plano Diretor de Desenvolvi-

mento Urbano de Salvador, o Miolo é a “parte do território municipal situada entre os dois principais eixos viários de articulação urbano-regional – a BR-324 e a Avenida Luiz Viana Filho (Avenida Paralela) – e as divisas de Salvador com os Municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho”.

localizado no centro geográfico da cidade, e o Subúrbio Ferroviário, esse último concentrando uma população extremamente pobre, com loteamentos populares e invasões (2001, p. 97).

Adotamos a classificação das três grandes áreas residenciais da cidade para observar se nelas existem diferenças quanto aos padrões residências e aos arranjos domiciliares em Salvador.

TENDÊNCIAS DOS ARRANJOS DOMICILIARES NO BRASIL

A redução do número de moradores por domicílio tem sido observada em todo o país, como algo concomitante à modernização e industrialização que ocorrem em um novo contexto de relações sociais com a cultura e com a economia, resultantes de mudanças nos arranjos e padrões familiares, que devem ser vistos como processos e não como estruturas fixas no tempo (Goldani, 1993, 1994; Bilac, 2000; Souza, 2001). As mudanças apontam para uma maior incidência das opções individuais e estilos de vida que responderiam pelos arranjos familiares alternativos entre as classes médias, acompanhados de redução da assimetria de gênero, tanto na família, como no mercado de trabalho. Mas elas não se generalizam a um só tempo, para toda uma população, e incidem diferentemente nas unidades domiciliares ou grupos domésticos.² A tendência a ser discutida adiante parece dar razão a Bilac (2000, p. 36), que distingue a diferenciação entre a residência isolada de um casal e sua prole (que se reduz de modo relativo, mas continua a predominar em boa parte dos domicílios), e as novas condições criadas pelo aumento dos divórcios, separações e novos casamentos, que criam relações complexas entre domicílios. Essa tendência pareceria nos dis-

tanciar das famílias ampliadas e da rede de parentesco, como regra geral, ainda que essas possam persistir em situações destacáveis – como situaremos a seguir, no caso de Salvador.

Embora as pressões econômicas também atuem nas classes médias e possam influenciar nas redefinições dos arranjos domiciliares, essa pressão tende a ser mais forte entre as camadas populares, em função da conjuntura econômica atual. Para Montali (2000), o desemprego dos responsáveis, a insuficiência de sua renda, ou as precárias condições de seu trabalho, seja por irregularidade, insegurança, ou quaisquer dos fatores que caracterizam formal e informalmente as atividades exercidas, também implicam um “rearranjo” das famílias, através da inserção de outros membros no mercado de trabalho. A atuação diferenciada desses fatores levaria à construção de estereótipos: um tipo próximo à “família patriarcal”, associada ao antigo, ao tradicional, e uma “família classe média urbana”, mais associada ao moderno, ao novo, em um país crescentemente urbano, onde emerge o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros, dando origem a novos padrões de sociabilidade (Goldani, 1993).

Em busca dos critérios de diferenciação social dos arranjos domiciliares, recorremos a dois estudos selecionados e realizados para períodos diferentes. Goldani (1993, p. 80-81) e Medeiros; Osório (2000, p. 70-74), que focalizam as mudanças no tamanho e na organização interna dos domicílios em todo o país, com base em dados dos censos demográficos e da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), chegando-se às seguintes tendências gerais:

Número de unidades domésticas - quase dobrou entre 1970 e 1989, e mais de 2/3 desse crescimento se deveu a um maior número de pes-

separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que assim esteja sendo utilizado. Os critérios essenciais da definição são, portanto, a separação e a independência. Os domicílios são classificados quanto à espécie, como particular: a) permanente (exclusivo para habitação); ou b) improvisado (unidade não-residencial, como loja, fábrica, etc.). Distinguem-se, também, o domicílio coletivo (hotéis, pensões, presídios, cadeias). Além disso, os domicílios particulares permanentes são classificados quanto ao tipo como casa, apartamento, ou cômodo.

² Oliveira e Lehalleur; Salles (1989, p. 14) utilizam o conceito de unidade doméstica ou de grupo doméstico como equivalentes: “alude a uma organização estruturada a partir de redes de relações sociais estabelecidas entre indivíduos unidos ou não por laços de parentesco e que compartilham uma residência e organizam em comum a reprodução cotidiana”. Já no Censo Demográfico de 2000, considerou-se como domicílio, o local estruturalmente

soas unidas ou casadas e também ao incremento da chefia feminina de domicílios (Goldani, 1993, p. 80-81). **Tamanho das unidades** – houve diminuição de 22% no seu tamanho, com a redução de cerca de 1 pessoa em média, passando de 5,0 para 4,1 pessoas até 1989 (Goldani, 1993, p. 80), continuando a cair e chegando a uma média de 3,72 moradores por domicílio, em 1998 (Medeiros; Osório, 2000). **Composição dos arranjos** – essa queda ocorreu em todos os tipos de arranjos domiciliares, especialmente nos três mais freqüentes – casal, mulher, ou homem, “com filhos” e (ou) “parentes e outros” (Medeiros; Osório, 2000). **Heterogeneidade, ou fragmentação dos núcleos** – houve queda de 82% para 79% de famílias formadas por casais entre 1981 e 1989 (Goldani, 1993), continuando a cair no período seguinte para 72% em 1998 (Medeiros; Osório, 2000), de modo que o restrito arranjo de casal com filhos caiu de 68% para 59% (2000, p. 73), com a ressalva de que existe aí uma variação em função da faixa etária das pessoas (2000, p. 73-74). **Importância do modelo monoparental**, principalmente entre as mulheres, aumentou em 18% no total do país, proporção superada nas áreas metropolitanas, principalmente nas regiões mais pobres, como no Nordeste: Fortaleza (aumento de 31%), Salvador (26%), e Recife (20%). Encontrando-se entre os 15 e 54 anos de idade, elas eram predominantemente viúvas em 1960 e, em 1989, eram predominantemente solteiras com filhos (Goldani, 1993, p. 84).

Entre as causas das mudanças, destacam-se o aumento no número de arranjos domiciliares como resultante de separações, ou de filhos que passam a viver em outros domicílios, ou ainda idosos que vivem independentes, considerando-se que apenas metade da redução do tamanho médio das unidades domiciliares deve ser atribuído a um menor número de filhos:

A menor quantidade de uniões entre adultos (faixa de 20 a 59 anos) foi parcialmente compensada por uma maior incidência de uniões em dois grupos etários: os jovens entre 15 e 19 anos e os idosos com 60 anos e mais – indicando redução da viuvez em idades menores e aumento de re-casamentos entre idosos. (Medeiros; Osório, p. 76).

Ao lado disso, reduziu-se a proporção de filhos, como resultado tanto da redução das taxas de fecundidade, como de mudanças nos padrões de formação dos arranjos e nos ciclos de vida.

ARRANJOS DOMICILIARES EM SALVADOR – TENDÊNCIAS RECENTES

As características da expansão da cidade certamente se refletiram sobre a própria organização dos domicílios, grupos domésticos e famílias em Salvador. Isso se expressou, desde os anos 50, em superlotação dos trechos residenciais de classe média e baixa existentes, em expansão cada vez mais rápida da cidade no sentido da periferia e em ocupação de certas áreas internas pelos grupos de população de renda inferior (Brandão, 1978, p. 163). Posteriormente, o desenvolvimento de uma moderna estrutura de comércio e serviços, impulsionadas pelo setor industrial – resultante da implantação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico – imprimem certa dinâmica ao mercado de trabalho local e uma valorização de áreas da cidade, principalmente aquela faixa localizada entre a Orla Oceânica e a Avenida Paralela. (Souza, 2000, p. 60). Dentro desse quadro de transformações, é possível verificar uma convergência entre os dados anteriormente indicados e aqueles encontrados para a cidade, com os destaques vistos a seguir. Primeiramente, como vem sendo observado para outras regiões metropolitanas brasileiras, o tamanho das unidades domiciliares vem caindo em Salvador, chegando a uma média de 3,74 para o total da cidade em 2000.³

Tal mudança pode resultar dos velhos e novos padrões de convivência entre casais e a heterogeneidade de arranjos, associados ao declínio da fecundidade. Na década de 1990, a média de filhos por mulher já tinha atingido a 2,9, chegan-

³ A organização do banco de dados desse trabalho contou com os bolsistas Antônio Gomes Estrela Neto, Pibic/UFBA, Flavia Marília Deodato Silva – PIBIC/UFBA e Fabiana F. Costa – CNPq, através do projeto sob a minha coordenação “*Viver e Trabalhar na Cidade: uma abordagem sobre condições de vida no meio urbano*”, apoiado pelo

do, no ano de 2000, a 2,4 filhos por mulher (IBGE, Censos, 2000). Para o estado da Bahia, Souza e Muricy (2001) demonstraram que, em 1970, o número médio de “filhos tidos nascidos vivos” também havia declinado, mas isso ocorria entre as mulheres urbanas, com escolaridade em torno de 8 anos, correspondendo a 3,09 (40-45 anos) e 3,22 (45-49 anos).⁴ Entre 1970 e 1997, os coeficientes de fecundidade para as baianas de todas as camadas sociais, nas faixas de 25 até 39 anos, chegaram a um patamar moderado ou baixo – nesse último caso, a 3 ou menos filhos por mulher em 1997 (Souza; Muricy, p. 46). Apesar disso, a construção de novas unidades residenciais é contínua, e a própria população do município de Salvador continua crescendo, o que sugere a influência das migrações.⁵

TAMANHO DAS UNIDADES DOMICILIARES

Enquanto o tamanho das unidades domiciliares declinou na média geral, observa-se uma variação entre 2,85 até 4,12 moradores, quando se comparam as grandes áreas residenciais. Na pri-

CNPq e realizado no CRH / UFBA, 2005. A principal fonte é a Base de Dados do Censo Demográfico 2000 / IBGE, utilizando-se o programa SPSS para o seu tratamento, principalmente da amostra do Censo, agrupando-se as “Áreas de Ponderação”, delimitadas em até 400 domicílios. Para Salvador, existem 88 áreas que correspondem a grupos de bairros e mantivemos inicialmente no projeto a classificação das áreas de ponderação, conforme aparecem nos quadros dos arranjos domiciliares apresentados no texto, procurando ajustá-las, posteriormente, segundo as três grandes áreas residenciais já citadas. Agrudemos ao Laboratório de Análises Sociodemográficas, sob a coordenação de Guaraci A de Souza, CRH, pelo treinamento dos bolsistas no uso dos programas do IBGE.

⁴ Segundo as autoras, as tendências eram bastante diferenciadas, uma vez que, em 1970, “a Taxa de Fecundidade Total para a Bahia atingiu seu nível máximo (7,55 filhos por mulher)”. Essas diferenças se expressam segundo o nível de escolaridade e a residência urbana ou rural. (*ibidem*: 33).

⁵ Segundo o IBGE, no conjunto de municípios com crescimento compreendido entre 1,5% e 3,0% ao ano, no período de 1991/2000, incluem-se quinze (15) municípios de capitais brasileiras, cuja maioria corresponde às Áreas Metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e grande parte do litoral nortdestino, inclusive Salvador, os quais se distinguem por apresentarem os mais baixos níveis de fecundidade (Censos Demográficos, 2000). Ao lado disso, as maiores proporções de pessoas não naturais dos municípios onde residem (migrações) foram observadas nos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. (Censos Demográficos, 2000).

meira, a Orla e o Centro, as médias são mais baixas, entre 2,85 e 3,44 moradores, destacando-se a Barra e a Barra Avenida, no menor limite (2,85) e o Centro da cidade (3,04), incluindo-se, no último, bairros como Politeama e Barris, onde se podem encontrar, igualmente, padrões residenciais de uma antiga classe média. Ainda no centro residencial, como Campo Grande, Canela e Vitória, ou o Morro do Gato, Jardim Apipema, Chame-Chame até a Graça, as médias são ainda bastante baixas (até 3,44), de modo que não se atinge o padrão hipotético de um casal com dois filhos. O mesmo se pode dizer da orla marítima, em bairros de expansão mais recente, como Pituba, Costa Azul, Stiep, Stella Mares, chegando até o Imbuí.

Na segunda área – acompanhando-se o critério de Souza (2000), que identifica o “Miolo Geográfico” –, a média de moradores varia de 3,49 até 3,92 moradores, incluindo-se duas subáreas – os grandes conjuntos habitacionais, loteamentos populares e invasões, em bairros como o Cabula, Cabula IV, São Marcos e conjuntos residenciais da Avenida Paralela e Aeroporto, incluindo-se Cajazeiras, e depois Pernambués, Pau Miúdo, Caxa d’Água, IAPI, Fazenda Grande, Tancredo Naves, e também antigos bairros populares, como a Liberdade e São Caetano, todos caracterizados como áreas residenciais de classe média baixa. Já bairros como Brotas, e aqueles valorizados, como Candeal e Horto Florestal, ou alguns da Orla, como Pataquare e Pituaçu, Piatã, Itaigara, Caminho das Árvores e Iguatemi – têm médias de moradores um pouco mais elevadas do que no primeiro grupo acima destacado.

Na terceira área, correspondente ao Subúrbio Ferroviário, a média de moradores varia de 3,91 e 4,12 por domicílio, distinguindo-se pela concentração de uma população mais pobre, com antigos loteamentos populares e ocupações ou invasões (conforme Brandão, 1978). O destaque cabe a Lobato, Plataforma, São João do Cabrito, Invasão de São João, Invasão do Boiadeiro, Rio Sena, e Fazenda Coutos, onde estão, portanto, as mais altas médias de moradores da cidade (acima de 4), situando-se acima da média do país (3,72).

COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS

Essa diferenciação segundo o tamanho da unidade domiciliar se distribui espacialmente com a seguinte composição: a) pessoas que moram sozinhas; b) domicílios com até 2 moradores; c) domicílios com 3 a 5 moradores; d) domicílios com 6 a 10 moradores; e) mais de 10 moradores. Assim, na primeira área, o Centro, Politeama, e Barreiros, encontramos as maiores proporções de pessoas morando sozinhas em toda a cidade (9,7% dos domicílios), seguindo-se a Barra e a Barra Avenida (8,4%). O segundo tipo de composição (dois moradores) também é mais freqüente nos mesmos bairros (19,7% no Centro e 18% na Barra); mas, a partir do terceiro tipo, (3 a 5 moradores), as freqüências são menores (59%), em comparação com aqueles da Orla Marítima (65%). Portanto, os domicílios populosos são pouco freqüentes (1 a 2% com mais de 10 moradores) e inexistentes no conjunto dos bairros da Orla Marítima – Stella Maris, Pituba, Parque N.S. da Luz ou Itaigara e Caminho das Árvores.

Na segunda área, correspondente ao “Míolo” geográfico, existe menor proporção de domicílios unipessoais e do segundo tipo (dois moradores) – desde Djalma Dutra e Pitangueiras (12,1%), até Fazenda Grande (7,8%) –, enquanto o terceiro tipo, (3 a 5 moradores, contendo, no limite, um casal com dois filhos) é equivalente à primeira área, como em Cosme de Farias ou Cajazeiras e Palestina (cerca de 64 a 65%). Esse tipo de composição dos domicílios também é mais freqüente nos grandes conjuntos habitacionais como Cabula VI ou Recanto dos Pássaros (66%), ou em Vila Laura e Luis Anselmo (66%). Mas existem dois destaques: a) na Liberdade (incluindo Guarani, Sieiro e Japão), eles são um pouco menos freqüentes, (cerca de 56,3%), porque aí existem mais domicílios populosos – 6 a 8 moradores (27%), ou com mais de 10 moradores (8,3%); b) o outro destaque cabe a bairros como Cajazeira e Palestina, ou Nogueira e Cajazeira III (respectivamente 25% dos domicílios tem 6 a 8 moradores), ou Cosme de Farias, onde temos a maior proporção de domicílios populosos

dessa área (8,4% com mais de 10 moradores). Na terceira área, o “Subúrbio Ferroviário”, existem poucos domicílios unipessoais, tanto quanto aqueles com 1 a 2 pessoas (variação entre 7% e 10%). O terceiro tipo de domicílio também é menos representativo do que nas áreas anteriores, a exemplo de Fazenda Coutos (51,9%), Alto de Santa Terezinha e Ilha Amarela (58,8%). Mas o destaque no Subúrbio cabe, também, aos domicílios populosos, tanto na faixa de 6 a 8 moradores (22 a 27% no Subúrbio), quanto de 10 moradores e mais – Fazenda Coutos (12,3%), ou São João do Cabrito, Invasão de São João e Invasão de Boiadeiro (11,5%).

HETEROGENEIDADE OU FRAGMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS: informações relativas a famílias

Até aqui, as informações relativas à composição dos domicílios nada dizem sobre as relações entre as pessoas, podendo-se apreendê-las, segundo os grupos domésticos, seus arranjos familiares, em um dado momento do tempo.⁶ Medeiros e Osório (2000) constataram um aumento da heterogeneidade, ou fragmentação dos núcleos familiares – de modo que o restrito arranjo de casal com filhos caiu de 68% para 59% para todo o País, acompanhado de queda no numero médio de membros em todos os tipos de arranjos domiciliares, especialmente nos três tipos de arranjos – casal, e mulher, ou homem, “com filhos” e (ou) “parentes” e outros.

No caso de Salvador, destacamos, primeiramente, uma diferenciação segundo dois tipos de arranjos domiciliares: famílias únicas ou famílias conviventes, que se caracterizam segundo a faixa etária do chefe do domicílio, equivalendo ao ciclo

⁶ Considerou-se como *Família*, no Censo Demográfico/2000, as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio. Além disso, existem pessoas sozinhas que moravam em domicílio particular e o conjunto de pessoas que moravam em um domicílio particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica.

de vida familiar.

O primeiro tipo corresponde a chefes de domicílios na faixa acima de 60 anos, com família única, cujas proporções são elevadas na primeira área, abrangendo os bairros de classe média já destacados, como Barra, Barra Avenida, Graça, Campo Grande, Canela, Vitória e os bairros da Orla Marítima (99% a 100% dos domicílios com chefes mais velhos). Isso também ocorre na segunda área, mais habitada por uma classe remediada ou média baixa, como Barbalho, Santo Antônio, Curuzu, Pero Vaz, ou Mussurunga, entre outros, com variação muito pequena entre os chefes nessa faixa etária. E, mesmo na área do Subúrbio, essa relação se observa: os idosos predominam como chefes de suas próprias famílias, e não existem outras nesses domicílios, como em Fazenda Coutos, ou Periperi e São Bartolomeu, ou mesmo em Lobato e Alto do Cabrito (99% a 100% dos chefes mais velhos têm famílias únicas).

Um segundo tipo de domicílio corresponde àqueles em que os chefes estão situados na faixa da maturidade, entre 40 e 59 anos (proporções acima de 95% de famílias únicas), mas já se encontram pequenas proporções de domicílios com outra família. Na primeira área residencial, que abrange Barra, Barra Avenida, Graça, Campo Grande, Canela, ou Vitória, 95 a 96% dos chefes na faixa madura são responsáveis por suas famílias, encontrando-se alguns domicílios com outra família (cerca de 3,5% nesses bairros). Isso contrasta com os bairros da Orla Marítima, onde são poucos os domicílios com segunda família (menos de 1% na Pituba, Itaigara, Patamares, Pituaçu e Piatã).

Na segunda área residencial, os chefes situados na faixa da maturidade – 40 e 59 anos – mostram uma relação semelhante à primeira, em bairros incluídos no Miolo, mas aí já encontramos a existência de uma segunda família além daquela do chefe, com mais freqüência, a exemplo de Barbalho, Macaúbas, Santo Antônio (91%), ou Bonfim, Dendezeiros, Monte Serrat (93%). Já naqueles bairros de expansão mais recente, onde predominam os conjuntos habitacionais de apartamentos, são mais altas as proporções de chefes

de famílias únicas: no Cabula (98%) ou Cajazeiras (98%). Na terceira área, o Subúrbio, também não existe grande variação entre os chefes situados na maturidade, a exemplo de São João do Cabrito, Boiadeiro, Plataforma ou Itacaranha (cerca de 96 a 97% dos domicílios).

Um terceiro tipo de domicílio corresponde àqueles em que os chefes estão situados na faixa até 39 anos de idade, nos quais encontramos as maiores variações. Isso equivale à localização das famílias conviventes, que parecem predominar entre os responsáveis pelos domicílios incluídos nessa faixa e residentes em bairros com certa característica. Na segunda área residencial, o “Miolo” geográfico da cidade, podemos, então, distinguir dois padrões: a) um subgrupo que apresenta mais semelhanças com aquele da orla marítima e Centro, cujos chefes de domicílios estão situados na faixa até 39 anos, com família única (entre 87 a 89%), como boa parte de Cajazeiras, ou o Cabula e Saboeiro, os conjuntos habitacionais da Av. Paralela, Cajazeiras V, VI, ou Sussuarana. Como já vimos, trata-se de conjuntos habitacionais populares, residência em apartamentos e arranjos familiares menos numerosos; b) se comparado à primeira área, existe então um outro sub-grupo de bairros, cujos chefes de domicílios nessa mesma faixa etária indicam, em proporções mais elevadas em toda a cidade, a existência de uma segunda (2) família. b.1) Liberdade, Guarani e Japão (21,6%), Caixa d’Água, Lapinha e Soledade (20,1%), ou Itapoã e Nova Brasília (21%); b.2) Bonfim, Dendezeiros e Mont Serrat (24%), Bairro do Machado, Massaranduba (23%) e Ribeira e Itapagipe (22%).

Trata-se de bairros localizados em espaços geográficos diferentes da cidade, cujo traço em comum parece ser a diferenciação entre a residência isolada de um casal e sua prole, (ainda predominante) e aqueles onde é muito alta a presença de famílias conviventes, constatando-se que são bairros habitados por uma antiga classe média (caso de Ribeira e Itapagipe), ou de antigos bairros populares (caso da Liberdade, Caixa d’Água e Lapinha), onde as famílias residiam em casas e

casarões e, assim, preservou-se o hábito de continuarem residindo juntos, podendo um chefe mais jovem conviver com os pais, ou com irmãos, ou outros parentes. O fato de os responsáveis pelos domicílios serem mais jovens, requer o desenvolvimento de hipóteses posteriores para a sua comprovação, o que remete à pessoa que toma decisões, responde, resolve os problemas na casa, explicação provável para a indicação de uma pessoa mais jovem, ainda que exista um idoso ou pessoa madura no domicílio. Nessa área residencial, existem ainda bairros que apresentam proporções expressivas de domicílios com três famílias, a exemplo de IAPI e Santa Mônica (5,9%), Liberdade, Guarani e Sieiro (5,3%), ou Cosme de Farias e Baixa do Tubo (4,4%).

Na terceira área residencial, o Subúrbio Ferroviário, encontramos as mais altas médias de moradores por domicílio em toda a cidade, e esperava-se encontrar também uma tendência semelhante à anterior, com a probabilidade de acentuar-se a freqüência de domicílios com mais de uma família. Entretanto, isso se confirma parcialmente, apenas no caso do Alto de Santa Terezinha, onde encontramos proporções elevadas de chefes mais jovens de domicílios, com uma segunda família (21%), enquanto nos demais bairros essa proporção é menor (12% em Nova Constituinte, 13% em Boa Vista do Lobato, ou 15% em Coutos e Vista Alegre). Também no Subúrbio, os domicílios com três famílias não ultrapassam 4,0%, o que coloca a hipótese de que suas altas médias de moradores por domicílio não se devem tanto às famílias conviventes, e sim a outros fatores – como número de filhos jovens.

A diferenciação vista acima, entre os tipos de arranjos domiciliares, com famílias únicas e

famílias conviventes, requer a identificação dos núcleos – casal e filhos, e a heterogeneidade de outros arranjos –, principalmente aqueles chefeados por mulheres, cujo crescimento tem sido intenso.

No Brasil, o arranjo conjugal, casal e filhos caiu de 68% para 59% em 1998. (Medeiros; Osório, 2000, p. 73). Para Salvador, a presença do arranjo “família conjugal” é de cerca de 60,4%, muito próxima àquele do total do país em 1998. Entretanto, a sua distribuição diferenciada segundo as grandes áreas residenciais da cidade, pode estar expressando correlações e ajustes entre as transformações ocorridas na família e também nas atividades econômicas, em período de transição e de incompatibilidades entre as novas relações família-trabalho e o modelo familiar tradicional, em decorrência das mudanças nas relações de gênero (Montali, 1995).

A primeira área residencial, de classe média, caracteriza-se, então, pela mais baixa proporção de casais. Isso ocorre nos dois grupos de bairros, já destacados pelas baixas médias de moradores – Centro da cidade (40,4%) e Barra, Barra Avenida (42,8%). Confirma-se, portanto, a maior concentração da heterogeneidade dos arranjos domiciliares nesses bairros (conforme Tabela 1): mulheres ou homens sem cônjuges, com ou sem filhos, com altas proporções de pessoas separadas ou divorciadas (“já viveram na companhia de cônjuge ou companheiro”): Barra e Barra Avenida (37,1%) e Centro da cidade (36,2%).

Em outros bairros dessa área, os casais são um pouco mais freqüentes: Campo Grande, Canela e Vitória (47,5%), Nazaré, Tororó e Jardim Baiano (48,2%), Ondina, São Lázaro, Federação e Garcia (51,5%), ou a Graça (51%). Portanto, meta-

Tabela 1 - Convivência com Cônjuge - Centro da Cidade

Áreas de Ponderação	Vive em companhia do/a cônjuge ou companheiro/a?			(%)
	Sim	Não, mas já viveu	Nunca viveu	
Centro, Centro Histórico, Politeama e Barris	40,4	36,2	23,4	100
Barra e Barra Avenida	42,8	37,1	20,1	100

Fonte: Base de Dados do Censo Demográfico 2000

de ou mais dos responsáveis não convivem com o cônjuge, ou nunca conviveram, concentrando pessoas separadas, divorciadas ou viúvas. Mas o destaque cabe a bairros como Patamares, Pituaçu e Piatã, que apresentam as mais altas proporções de casais, tanto em relação aos bairros da Orla Marítima, como em toda a cidade (70%), provavelmente por serem bairros ocupados quase totalmente por casas do padrão classe média ou média alta, o que pouco favorece a residência de mulheres ou homens separados, divorciados ou sozinhos. Isso também confirma observações anteriores de que as classes mais altas sempre foram mais identificadas com o padrão de família conjugal contemporâneo. Em comparação, a verticalização na orla marítima parece favorecer mais a heterogeneidade e menores proporções de casais – Rio Vermelho (53,2%), Pituba (59%), elevando-se no Itaigara, Caminho das Árvores e Iguatemi (68,1%) ou Stella Maris, Aeorporto, Ipitanga e outras áreas muito valorizadas para veraneio ou residência de classe média (67,8%).

Na segunda área, a presença de núcleos conjugais é semelhante à primeira, principalmente nos conjuntos habitacionais de Cajazeiras (61 a 67% são casais), ou no Cabula (62%). Já nas áreas mais antigas, anteriormente destacadas pela ocupação de casas e casarões de classe média baixa, a presença de casais é um pouco menor, a exemplo da Liberdade (56,9%), IAPI e Santa Mônica (59,5%), Pau Miúdo e Cidade Nova (56,7%), Caixa d'Água,

Lapinha e Soledade (54,6%). Essa variação de núcleos conjugais guarda semelhança com aqueles bairros da Cidade Baixa, como Bonfim e Dendezeiros (57%), Ribeira e Itapagipe (58,7%), ou Bairro do Machado e Massaranduba (59,1%). Na terceira área, o Subúrbio Ferroviário, a presença de núcleos conjugais nos domicílios também se encontra em torno de 60%, mas o destaque cabe aos arranjos domiciliares cujos responsáveis são pessoas que “já conviveram com cônjuges” (conforme Tabela 2), cujas proporções são também elevadas (embora pouco inferiores aos bairros da classe média): Fazenda Coutos, a mais alta proporção de domicílios com chefes sem cônjuges nessa área (34,2%), seguindo-se Rio Sena (32,1%), Plataforma (31,9%), Periperi e Mirantes (30,2%).

Sendo a mais populosa área residencial de Salvador, aí se concentra a pobreza e a precariedade das condições de vida, cujos impactos são maiores diante da organização interna e do tamanho das unidades domiciliares. Guimarães (2002, p. 310), através de estudo qualitativo, focalizou bairros como Coutos e Vista Alegre, mostrando a vulnerabilidade das condições de vida das famílias aí residentes, cuja renda está em torno de dois salários mínimos, onde cerca de 80% dos homens são responsáveis pelos domicílios e realizam atividades informais – serviço irregular em construção civil, como pedreiros, pintores, eletricistas, encanadores, ou mesmo biscateiros, enquanto as mulheres, geralmente atuam na prestação de serviços

Tabela 2 - Convivência com Cônjugue - Subúrbio

Áreas de Ponderação	Vive em companhia do/a cônjuge ou companheiro/a?			(%)
	Sim	Não, mas já viveu	Nunca viveu	
São João Cabrito, Invasão de São João e Invasão do Boiadeiro	63,7	31,4	4,9	100
Plataforma	62,2	31,9	6,0	100
Itacarana, Escada e Praia Grande	64,8	29,8	5,4	100
Alto de Santa Terezinha e Ilha Amarela	64,9	29,5	5,5	100
Rio Sena	64,0	32,1	3,9	100
Periperi, Mirante de Periperi e São Bartolomeu	64,2	30,2	5,6	100
Fazenda Coutos	61,6	34,2	4,3	100

Fonte: Base de Dados do Censo Demográfico 2000

pessoais, serviços domésticos remunerados, como faxineiras, cozinheiras, diaristas – ou no comércio de mercadorias, seja no próprio bairro, ou nas residências próximas. Os arranjos domiciliares mais freqüentes são: a) casais (famílias nucleares 43%); b) famílias com chefias femininas, tanto mulheres residentes com seus filhos, como mulheres com filhos e outros parentes (35%); c) famílias ampliadas (16%); d) outras situações, como pais com filhos e outros parentes – cerca de 3% (2002, p.309).

A tendência à fragmentação e à heterogeneidade dos núcleos pode ainda ser vista na primeira área pesquisada, diante da maior freqüência de responsáveis pelos domicílios: Barra e Barra Avenida (35%) e Centro (34%), seguindo-se a Graça, Morro Ipiranga, Campo Grande, Canela e Vitória (32% a 33%). A presença de cônjuges é quase a metade da proporção dos chefes (14 a 15% dos membros dos domicílios), o que ainda é menor na Barra e no Centro da cidade (13,8%), devendo à elevada presença de pessoas sozinhas ou em outras relações de convivência. Nesses bairros, a presença de filhos nos domicílios também é baixa – nos bairros do Centro ela é a menor em toda a cidade (28%), e pouco mais elevada no Morro Ipiranga, Morro do Gato, Graça, Campo Grande, Canela, Vitória (34% a 35%). Também é baixa a presença de parentes, pais ou mães dos responsáveis (menos de 2%). Mas o destaque é que a heterogeneidade é elevada, pela ampla presença de domicílios chefiados por mulheres, no centro da cidade – Centro, Politeama e Barris (49,60%) e em bairros como Barra, Barra Avenida, ou Brotas e Garcia (48%) –, confirmando-se a tendência das redefinições das individualidades masculina e feminina e do aumento do número de separações e divórcios, associados a outros processos demográficos.

Enquanto na segunda área, o “Miolo” geográfico, existe maior freqüência de domicílios com mais de uma família, as proporções de chefes de domicílios são menores: Liberdade, Guarani e Japão (25,9%), Caixa d’Água, Lapinha e Soledade (27,0%); Bonfim, Dendezeiros e Mont Serrat (25,4%), Bairro do Machado e Massaranduba

(25,9%), Ribeira e Itapagipe (25,7%). A importância das famílias conviventes, já indicada nessa área, se confirma pelas proporções mais elevadas de filhos residentes no domicílio (entre 37 e 43%), e de netos – Liberdade (8,5%), e Massaranduba (8,9%), destacando-se daquela área, mais assimilada à orla marítima e ao Centro – como é o caso do Cabula e conjuntos habitacionais da Av. Paralela (28,7% são chefes de domicílio), ou Cajazeiras – V, VI, VII, (25 a 26% são chefes de domicílio). A heterogeneidade também é significativa, e as famílias de mulheres sem cônjuges e com filhos são proporcionalmente decrescentes, em relação aos bairros da área anterior: a) Liberdade, Guarani e Japão (46,0%), Caixa D’água, Lapinha e Soledade (41,60%); b) Bonfim, Dendezeiros e Mont Serrat (43,10%), Bairro do Machado e Massaranduba (44, 30%), Ribeira e Itapagipe (41,50%).

Na terceira área, o Subúrbio, os chefes de domicílios são um pouco menos freqüentes que na área anterior (25%), e os cônjuges também são equivalentes a essa área. O destaque cabe às proporções mais altas de filhos nesses domicílios: Itacaranha e Praia Grande (44,7%), Rio Sena e Fazenda Coutos (49 a 50%). A presença de netos (entre 5 e 6%) é menor do que nos bairros já mencionados do “Miolo” (Liberdade e Itapagipe). Em contraste, no Centro da Cidade, a proporção de filhos nos domicílios é a mais baixa da cidade (28% dos moradores), enquanto nos bairros do Subúrbio, como Rio Sena e Fazenda Coutos, os filhos representam cerca de 49 a 50% dos membros do domicílio, demonstrando a elevada carga de dependência dessas famílias. Soma-se a isso uma presença significativa de irmãos e outros parentes, nas Invasões do Cabrito e Boiadeiro (6,1%), Rio Sena e Ilha Amarela (6,0%), Periperi e São Bartolomeu (6,2%).

A heterogeneidade também é elevada, e as famílias de mulheres sem cônjuges e com filhos, embora proporcionalmente menores que nos bairros de classe média (Centro - 49,60% e Barra, Barra Avenida, Brotas e Garcia, 48%), encontram-se próximas desses, como em Fazenda Coutos

(41,40%), São João e Invasão do Boiadeiro (41,30%), ou são menos freqüentes em Rio Sena, Alto de Santa Terezinha, Ilha Amarela, Paripe, Coutos e Vista Alegre (35%). Desse modo, o crescimento das famílias ou domicílios com chefias femininas também expressa uma diferenciação entre as áreas residenciais da cidade, já que, nas classes médias, pode haver um processo cultural de redefinição das individualidades masculina e feminina e de processos associados à fragmentação do núcleoconjugal (crescimento dos domicílios unipessoais, separações, divórcios, novos casamentos e celibatos); nas demais camadas sociais, a fragilidade do núcleoconjugal está associada à própria instabilidade econômica e à presença masculina inconstante.

No “Miolo” geográfico e principalmente nessa terceira área – o Subúrbio Ferroviário – as relações são mais complexas, seja porque as condições econômicas *“forçam e reforçam as solidariedades”* (Bilac, 1990), seja porque a dependência econômica traz, muitas vezes, consequências drásticas, através da violência doméstica, presente nos bairros populares, onde a permanência de padrões culturais anteriores não encontram correspondência com os processos de individualização que são marcantes nas classes médias. A permanência da pobreza e as práticas culturais sobrevidentes estão presentes nos contrastes que foram evidenciados – altas médias de moradores, altas proporções de filhos, significativa freqüência de mulheres chefes de família e a baixa qualidade de vida ainda existente na periferia da cidade.

No Subúrbio essas mulheres são, em geral, negras e pardas, têm muitos filhos e residem em domicílios situados nas áreas mais pobres da cidade – originadas nas antigas e recentes favelas ou invasões.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho apresentamos uma descrição e interpretação de dados censitários sobre a cidade de Salvador que permitem apreender um processo de mudanças dos arranjos domiciliares e das famílias possibilitando uma tipologia

aproximada. Nas três áreas residenciais investigadas, o tamanho médio de domicílios tem entre três e cinco moradores, o que abrange mais da metade dos mesmos em cada área residencial, porém com menor representatividade entre as áreas de classes médias. Encontra-se uma maior representatividade de domicílios situados abaixo do limite mínimo de três moradores nessas áreas residenciais, ao contrário do “Miolo” geográfico, e do Subúrbio, onde os domicílios unipessoais e com dois moradores são bem pouco freqüentes. Nestas duas últimas áreas, as mais populosas da cidade, aquele tipo médio de composição dos domicílios (3 a 5 moradores – até o casal com três filhos) – apresenta proporções equivalentes, com representatividade um pouco maior nos grandes conjuntos habitacionais populares. Nos bairros antigos, já destacados, como Liberdade e Itapagipe, esse tipo médio de tamanho dos domicílios é pouco menos freqüente, porque aí existe maior representatividade dos domicílios populosos – acima de seis moradores e acima de dez moradores, sendo esse último tipo mais freqüente na área do Subúrbio.

Essa distribuição espacial do tamanho das unidades domiciliares está relacionada com as características dos seus chefes e os ciclos de vida familiar. A Tabela 3, a seguir, apresenta as freqüências totais para a cidade de Salvador, mostrando o número da família e a faixa etária do seu responsável, verificando-se que a maioria quase absoluta, tanto dos idosos (acima dos 60 anos), como daqueles que se encontram na maturidade (entre 40 e 59 anos), são responsáveis por famílias únicas, enquanto as famílias conviventes estão relacionadas aos chefes mais jovens.

Nas três áreas residenciais investigadas, essa relação se observa: os idosos predominam como chefes de suas próprias famílias e não existem outras nesses domicílios, o que deve estar associado à dispersão da família que ocorre quando os filhos se tornam adultos. Mesmo na área do Subúrbio, como em Fazenda Coutos, Periperi/São Bartolomeu, ou ainda em Lobato e Alto do Cabrito, essa relação é observada (99% a 100% dos che-

Tabela 3 - Número da família por faixa etária do responsável para a cidade de Salvador

(%)

Faixa etária	Número da Família							Total	
	1	2	3	4	5	6	7	%	N
Até 39 anos	83,1	13,8	2,4	,5	,1	,0	-	100,0	334.785
De 40 a 59 anos	97,6	2,0	,3	,0	,0	,0	,0	100,0	277.195
De 60 anos a mais	98,7	1,1	,1	,0	-	-	-	100,0	106.304
Total	91,0	7,4	1,2	,3	,0	,0	,0	100,0	718.284

Fonte: Base de Dados do Censo Demográfico 2000

fes mais velhos tem famílias únicas).

Quando os chefes estão situados na faixa da maturidade (40 a 59 anos), a maioria dos domicílios também tem famílias únicas, tanto no Centro e Orla, como no “Miolo”, embora nesta última área já se encontre uma segunda família, além daquela do chefe, como no Barbalho/Macaúbas/Santo Antônio, ou Bonfim/Dendezeiros/Monte Serrat. Nos grandes conjuntos habitacionais do Miolo geográfico (Cabula, Cajazeiras e outros) existem proporções mais altas de chefes de famílias únicas. E no Subúrbio também não se encontra grande variação entre os chefes situados na maturidade, em bairros como São João do Cabrito/Boiadeiro/Plataforma, ou Itacaranha.

Mas os responsáveis por domicílios situados na faixa até 39 anos estão em destaque nos sub-grupos de bairros com proporções mais elevadas de uma segunda (2) família – em áreas da Liberdade, de um lado, e Bonfim/Itapagipe, de outro. O traço em comum, parece ser essa significativa presença de famílias conviventes, por serem bairros habitados por uma antiga classe média e antigos bairros populares onde predomina a residência em casas. Já no Subúrbio, não encontramos proporções tão elevadas de chefes jovens, com segunda família, (pois são maiores na área anterior). A diferenciação entre família única e convivente também se expressa em torno da “família conjugal” e da heterogeneidade de outros arranjos, como expressão das transformações ocorridas na cultura e nas atividades econômicas, especialmente no modelo familiar tradicional. Essas transformações se mostram mais acentuadas na área residencial de classe média, caracterizada pela mais

baixa proporção de casais e mais baixa média de moradores – Centro da cidade e Barra-Barra Avenida, confirmado-se, assim, a maior heterogeneidade de arranjos domiciliares nesses bairros, com mulheres ou homens sem cônjuges, ou sem filhos, com altas proporções de pessoas separadas/divorciadas.

Nas duas outras áreas investigadas a presença de núcleos conjugais é semelhante à primeira (em torno de 60%), especialmente nos conjuntos habitacionais populares, o que é menos representativo nas áreas mais antigas, já destacadas pela ocupação de casas/casarões de classe média-baixa. Nesses casos, a variação de núcleos conjugais guarda semelhança com aqueles bairros da Cidade Baixa, como Bonfim/Dendezeiros ou Ribeira/Itapagipe. No Subúrbio Ferroviário o destaque cabe também à heterogeneidade, com arranjos domiciliares de pessoas separadas, cujas proporções são também elevadas (embora um pouco inferiores aos bairros da classe média).

Assim, os domicílios chefiados por mulheres chegam a quase metade dos arranjos existentes no Centro/Politeama/Barris e também na Barra, Barra Avenida, ou Brotas e Garcia. No “Miolo” geográfico, a heterogeneidade também é significativa, e as famílias de mulheres sem cônjuges e com filhos são proporcionalmente decrescentes, em relação aos bairros da área anterior (entre 46 e 41%). E no Subúrbio, a heterogeneidade também é elevada, pois, as famílias de mulheres sem cônjuges e com filhos representam mais de 40% dos domicílios em vários esses bairros, cuja principal característica é a precariedade de trabalho e de condições de vida. Nesse caso, a heterogeneidade (vista a partir

da família nuclear que se difundiu em quase todas as sociedades) provavelmente decorre de um padrão encontrado no passado que está relacionado às altas proporções de famílias naturais ou uniões livres e de mulheres que exerciam a chefia de domicílios desde o século XIX em Salvador, especialmente, as mulatas e depois as negras, uma vez que a família legal (baseada no casamento) predominava entre a população branca nas classes dominantes (Mattoso, 1988).

A heterogeneidade que cresce entre as classes médias se encontra mais localizada no destaque apresentado em bairros como Barra e Centro da cidade. Como mostramos ao longo desse trabalho, as diferenças entre os domicílios e famílias nessas áreas residenciais são muito claras e requerem a continuidade dessa análise, com vistas a consolidar os tipos de arranjos domiciliares identificados. Nesse caso, eles resultam provavelmente das mudanças discutidas em estudos sobre domicílios e famílias (Peixoto, Singly, Cicchelli, 2000) que enfatizam freqüentemente a individualização, inscrita na família, como forma de busca de sustentação identitária assegurada pelos próximos.

Contrariamente às aparências de desordem, apontadas na variação dos indicadores demográficos, as famílias continuam a contribuir para a reprodução biológica e social da sociedade, função que se pode considerar, do ponto de vista sócio-antrópológico, como universal (2000, p. 7).

Para Singly (2000), “a família” (qualquer que seja a sua forma ou estrutura), toma para si a função de tentar consolidar em permanência, o “eu” dos adultos e crianças. Em sua perspectiva, até os anos 60 prevalecia uma lógica de grupo, centrada no amor e afeto, onde os adultos estão a serviço do grupo e principalmente das crianças mas após esse período, tendem a prevalecer as reivindicações dos indivíduos e seus desejos de continuarem a viver, na esfera privada, com uma ou várias pessoas próximas. A família atual é identificada como individualista e relacional, não se encontrando em completa ruptura com o padrão anterior. Assim, é na tensão entre dois pólos – individualista e relacional – que se constroem e se desfazem as famílias con-

temporâneas, percebidas como um novo modo de convivência entre as individualidades masculina e feminina, cujas singularidades tendem a se sobrepor à “lógica de grupo” que demarcava um modo de convivência anterior. (2000, p. 15).

(Recebido para publicação em janeiro de 2005)
(Aceito em março de 2005)

REFERÊNCIAS

- BILAC, Elizabeth D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Anpocs, 1990.
- _____. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. do Carmo B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: *Razões práticas*. [S.l.], Papirus Ed., 1996.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo R. Origens da expansão periférica de Salvador. *Revista Planejamento*. Salvador, Seplantec/CPE/Gov. de Estado, v.6, n.2, 1978.
- CARVALHO, Inaiá M. et al. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social*. São Paulo, v.2, n.13, 2001.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Caderno Pagu*. São Paulo, n.1, UNICAMP, 1993.
- _____. Retratos de família em tempos de crise. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, 2ºsemestre, 1994.
- GUIMARÃES, Iracema Brandão. Moradia, família e trabalho: as demandas urgentes na experiência popular. In: LUZ, Ana M.; LIMA, Paulo C. (Orgs.). *Quem Faz Salvador?* Salvador, Edufba, 2002.
- _____; BORGES, Ângela. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da região metropolitana de Salvador. In: *Trabalho e gênero, mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34/ABEP, 2000. p.111-138.
- HIRATA, Helena. Division sexuelle du travail: état des connaissances. In: SOARES, Ângelo, (Org.). *Stratégies de résistance et travail des femmes*. Paris: Harmattan, 1997.
- IBGE. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2000*. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e sócio-econômica, n.13, 2004). <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_tendencias.shtml> Acesso em: 09/03/2005.
- MATTOSO, Kátia. *Família e sociedade de classes na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. *Revista Brasileira de Estudos Popacionais*. Campinas, ABEP, v.17, n.1/2, 2000.
- MONTALI, Lília. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, v.15, n.42, p.55-71, fev., 2000.
- OLIVEIRA, Orlandina; LEHALLEUR, Marielle; SALLES, Vania. *Grupos domésticos y reproducción cotidiana*. México: El Colegio de México, 1989.

PDDU. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Retirado do Glossário do PDDU – Salvador. <<http://www.seplam.pms.ba.gov.br/pddua/anexos/anexo90.htm>> Acesso em: 16/09/2005.

PEIXOTO, Ehlers Clarice; SINGLY, François; CICCHELLI, Vicenzo. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV/Ed. RJ, 2000.

PRÉTECEILLE, Edmond. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA*, Salvador, n.38, jan./jun., 2003.

SINGLY, François. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Ehlers Clarice; SINGLY, François; CICCHELLI, Vicenzo (Orgs.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV/Ed. RJ, 2000.

SOUZA, Ângela Gordilho. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. *Bahia: Análise & Dados - Leituras da Bahia I*. Salvador, SEI, v.9, 2000.

SOUZA, Guaraci A.; MURICY, Ivana Tavares. *Mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade na infância na Bahia*. Salvador, SEI/Seplantec, 2001. (Série estudos e pesquisas, n.52).

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.